

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.516.706 - MG (2019/0159190-7)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
AGRAVANTE : CRIATA DIGITAL TEXTIL EIRELI
AGRAVANTE : FERNANDA TEIXEIRA DE ABREU
AGRAVANTE : ANDREA VELOSO DE ABREU
ADVOGADOS : BRENO GARCIA DE OLIVEIRA - MG098579
ANA CAROLINA LOPES SIQUEIRA - MG176922
GUILHERME AUGUSTO NUNES ALMAS DE MOURA E OUTRO(S) -
MG161026
AGRAVADO : MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE
PROCURADOR : DELZE DOS SANTOS LAUREANO E OUTRO(S) - MG074096

DECISÃO

Trata-se de Agravo em Recurso Especial, interposto por CRIATA DIGITAL TEXTIL EIRELI e outras, contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, que inadmitiu o Recurso Especial manejado em face de acórdão assim ementado:

"EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO – EXECUÇÃO FISCAL – REDIRECIONAMENTO CONTRA O SÓCIO QUE CONSTA DA CDA – POSSIBILIDADE.

- Estando o sócio incluído na certidão de dívida ativa que embasa a execução fiscal como coobrigado, possível se mostra o redirecionamento da execução, restando aos executados comprovar a ausência de responsabilidade pela obrigação tributária. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça" (fl. 124e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos Declaratórios, os quais restaram rejeitados (fls. 167/172e).

Sustentou a parte agravante, nas razões do Recurso Especial, interposto com base na alínea **a** do permissivo constitucional, que o acórdão recorrido violou os arts. 489 do CPC/73, 2º, §§ 5º e 6º, da Lei 6.830/80 c/c 135, 202, II, do CTN e Súmula 430/STJ, sustentando a nulidade da CDA e necessária exclusão do nome das sócias, da referida CDA. Requer, também, o benefício da justiça gratuita.

Negado seguimento ao Recurso Especial (fls. 243/246e), foi interposto o presente Agravo (fls. 258/264e).

Contraminuta às fls. 272/279e.

Despacho que intimou a parte agravante para que promovesse o recolhimento do devido preparo, a fl. 317e, sem o devido cumprimento (fl. 323e).

A irresignação não merece prosperar.

Com efeito, no que tange ao pedido do benefício de assistência gratuita, "vigora no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que **a eventual concessão da benesse opera efeitos ex nunc, não podendo retroagir à data de interposição do recurso especial. Assim, eventual deferimento do pedido somente passaria a vigorar a partir do momento em que expressamente concedida por este juízo**" (STJ, AgInt no AREsp 1.018.987/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 08/08/2018).

Nesse sentido:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CPC/2015. AUSÊNCIA DE PREPARO. REGULARIZAÇÃO DO VÍCIO. INTIMAÇÃO. JUSTIÇA GRATUITA. PEDIDO DE CONCESSÃO. EFEITO *EX TUNC*.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. **É deserto o recurso especial se, intimada a regularizar o preparo, a parte não o faz e requer a concessão do benefício da justiça gratuita.**

3. **O deferimento da justiça gratuita produz efeitos *ex tunc*.**

4. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no AREsp 1.391.761/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe de 26/06/2019).

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO PREPARO. DESERÇÃO. PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA NÃO APRECIADO PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. REQUERIMENTO NO CURSO DO PROCESSO.

1. Dispõe o art. 511 do Código de Processo Civil que, no ato da interposição do recurso, a parte deverá comprovar o recolhimento do preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, sob pena de deserção.

2. **Embora o pedido de assistência judiciária gratuita possa ser formulado a qualquer tempo, a concessão do benefício não produz efeitos retroativos (*ex tunc*), motivo pelo qual a parte recorrente não fica isenta do recolhimento das custas judiciais, enquanto não for agraciada com a referida benesse.** Precedentes desta Corte.

3. Agravo regimental a que se nega provimento" (STJ, AgRg no

Superior Tribunal de Justiça

AREsp 771.115/RN, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA,
PRIMEIRA TURMA, DJe de 16/06/2016).

Na hipótese, não consta nos autos a comprovação do pagamento do preparo ou da concessão do benefício da justiça gratuita, não vindo, a parte agravante, após intimada, comprovar o recolhimento das custas, impondo-se, portanto, o reconhecimento da deserção.

Ante o exposto, com fulcro no art. 253, parágrafo único, II, **a**, do RISTJ, conheço do Agravo, para não conhecer do Recurso Especial.

I.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES
Relatora